

# A morte iminente de Quijano, a morte presente do governador Panza

**Gabriel Pedrosa**

Doutor, Centro Universitário SENAC de São Paulo, SP, Brasil.  
gpedrosap@gmail.com

## Resumo

A partir da definição que Sancho Pança dá de seu governo como "morte presente", ao abandoná-lo depois de tanto desejá-lo e buscá-lo, o artigo constrói a imagem de um tempo presente como detenção de qualquer fluxo e, no limite desse movimento, como morte da escritura. O posto de governador, preso a um sem número de códigos de conduta, converteu o objeto de suas aventuras em seu encerramento, em que o artigo vê a identidade das duas acepções de fim: como função e término. Paralelamente, também o episódio do testamento de Alonso Quijano é analisado, especialmente a retirada de cena que implica do Quixote, deixando ao lúcido e bem-comportado fidalgo de aldeia o papel de moribundo, inadequado ao delirante cavaleiro que criara. As galinhas de seu testamento permitem ver um eco da cena da preparação de Sócrates para seu envenenamento, o que contrapõe, ao finalismo de nossa cultura, o comportamento gratuito de Dom Quixote. Esse, porém, não é um tema específico do livro de Cervantes ou de seu tempo. Assim, o artigo busca construir outra imagem deste presente como tempo morto, a partir de aspectos próprios da realidade contemporânea, mas com a mesma detenção da escritura que o anterior. As formas de o cavaleiro manchego e seu escudeiro enfrentarem o tema da morte (presente ou iminente) são pensadas como modos de uma escritura de invenção, que não se atém ao corte entre funcional e disfuncional como critério de produção ou leitura.

## Palavras-chave

Dom Quixote. Tempo presente. Morte. Função. Desconstrução.

## 1 A morte iminente de Quijano, a morte presente do governador Panza<sup>1</sup>

“[...] deixem-me buscar minha vida passada, para que ressuscite desta morte presente.” (CERVANTES, 2011, p. 957, tradução nossa). Assim Sancho Panza define seu tão sonhado e recém-conquistado posto de governador: morte presente. E, pouco depois de alcançá-lo, desiste de seu cargo para lançar-se novamente à vida errante e infausta que levava em companhia de seu antigo amo, Dom Quixote de la Mancha.

Sancho não deixou sua mulher e filha por outro motivo que não ajudar seu vizinho a conquistar um reino ou uma ilha, cujo governo ele lhe prometera como compensação pelos serviços de escudeiro. Se o fato de o lavrador ter “[...] muito pouco sal na moleira [...]” (CERVANTES, 2011, p. 72, tradução nossa) é apontado como razão para que ele seguisse o Quixote, vemos nisso apenas uma explicação secundária para justificar sua crença nas possibilidades de conquista de reinos por aquele velhote doente e lunático que o convidava a ressuscitar a nunca havida andante cavalaria.

Toda a escritura de seus primeiros dias de escudeiro é dominada por esse fim, que se ergue como medida de todas as aventuras, critério único para encorajar sua adesão às empreitadas do Quixote (que de início ele vê como loucas) e principal consolo para as desventuras em que elas resultam. “[...] e o resto da noite passou recordando-se de sua senhora Dulcinea, na imitação dos amantes de Marcella. Sancho Pança acomodou-se entre Rocinante e seu jumento e dormiu, não como apaixonado desfavorecido, mas como homem moído a coices.” (CERVANTES, 2011, p. 109, tradução nossa). Sem a paixão do Quixote e sua radical adesão à fantasia que o conduz, estranhamente combinadas com seu estóico ascetismo, Sancho agarra-se sempre a seu projeto de governo para atravessar os tempos difíceis, pois, como diz: “[...] cavaleiro aventureiro é uma coisa que em duas palavras se vê espancado e imperador: hoje é a mais desgraçada criatura do mundo e a mais necessitada, e amanhã pode ter duas ou três coroas de reinos que dar a seu escudeiro.” (CERVANTES, 2011, p. 139, tradução nossa).

A vida errante, com suas muitas privações e mabrogos, serve para se obter um governo ou não serve de nada – e, então, melhor seria voltar à casa, cuidar da terra, criar os filhos. Essa compreensão inicial de Sancho, extremamente funcionalista, manifesta-se em uma série de

<sup>1</sup> Este artigo integra a produção de minha pesquisa de pós-doutoramento no Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PEPGCOS/PUC-SP), supervisionada pela Profa. Dra. Lucrécia Ferrara, e decorre de trabalho apresentado ao seminário internacional Imaginário: construir e habitar a terra (PEDROSA, 2016), realizado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), em março de 2016, e de minha tese de doutorado, Quixote, andante poesia (PEDROSA, 2015), orientada pelo Prof. Dr. Luis Antonio Jorge.

diálogos que tem com o amo, como quando o exorta a fugir dos barulhos aterradores que surgem do fundo da noite, no episódio dos batanes:

– Senhor, eu não sei por que quer vossa mercê enfrentar tão temerária aventura. Agora é de noite, aqui ninguém nos vê: bem que podemos mudar o caminho e desviar do perigo, ainda que não bebamos em três dias; e como não há quem nos veja, não haverá quem nos julgue covardes. (CERVANTES, 2011, p. 175-176, tradução nossa).

Como ninguém os vê, como sua covardia não é revelada, o que por certo dificultaria a obtenção da ilha, não há porque ficar e enfrentar os ameaçadores ruídos. Pouco importa ao escudeiro, ao contrário do que se passa com seu amo, que cavaleiros não fujam, que sejam aqueles “[...] para quem estão guardados os perigos, as grandes façanhas, os valorosos feitos.” (CERVANTES, 2011, p. 175, tradução nossa). Pois, para Sancho, não se trata ainda de fazer-se cavaleiro (ou escudeiro), da consistência de sua fantasia, da seriedade de seu jogo; trata-se apenas de, através de umas tantas cavalarices e escuderices, tornar-se governador.

Se a fuga incógnita é, assim, aceitável, em outro diálogo Sancho reclama de sua permanência em descampados onde não há quem veja e registre seus feitos, que por isso se tornam inúteis, pois não resultam em aumento de sua fama, não contribuindo, portanto, para seu acalentado plano. Sancho propõe que busquem cidades e reinos, para servir a grandes senhores, ter suas histórias contadas e ganhar grandes recompensas. Dom Quixote reconhece a razão de Sancho, mas prefere não a seguir, pois é no descampado que encontra situações em que se fazer cavaleiro andante (CERVANTES, 2011, p. 193). Quando, posteriormente, desanimado com as perspectivas de algum dia chegar a governador, Sancho propõe que eles se tornem frades, para depois virarem santos (o que lhes daria maior, melhor e mais rápida fama), o Quixote responde: “– Tudo isso é assim [...] mas nem todos podemos ser frades, e muitos são os caminhos por onde Deus leva os seus aos céus [...]” (CERVANTES, 2011, p. 608, tradução nossa).

O finalismo do escudeiro choca-se, a todo tempo, com a conduta do amo, que permanentemente nega a pertinência da funcionalidade como critério de avaliação de suas aventuras, em uma escritura *desfuncional*<sup>2</sup> mais afeita ao fazer poético que à prosaica teleologia de Sancho. Estarrece-o, por exemplo, que o Quixote saiba a receita, fácil e barata, de

---

2 Desenvolvo a noção de desfuncional como desconstrução da oposição entre funcional e disfuncional como critério de produção e avaliação da escritura (noção que abarca linguagem e vida) em minha dissertação de mestrado, *Desfuncional* (PEDROSA, 2010), orientada pelo Prof. Dr. Giorgio Giorgi Jr., e em minha tese de doutorado (PEDROSA, 2015), disponíveis em: [www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br).

um bálsamo milagroso, como o de Ferrabrás, que cura qualquer ferimento, por grave que seja, e não a utilize para ganhar dinheiro – Sancho sugere que o fabriquem e vendam, dispondo-se a abrir mão da ilha e das aventuras para ficar com a fortuna que já imaginava ganhar. Em outro momento, depois de acreditar em toda a inacreditável história da princesa Micomicona, chama seu amo de louco por ele não querer, após matar um gigante (feito que ambos dão igualmente por certo), casar-se com a princesa, o que finalmente os levaria ao poder (CERVANTES, 2011, p. 92-306).

O vulgo tomava o Quixote por “grandíssimo louco” e Sancho “por não menos mentecapto”, nas palavras do próprio escudeiro; o estalajadeiro, quando Sancho lhe pede os ingredientes para o bálsamo de Ferrabrás, toma-o por falta de juízo; o cura de sua aldeia, ao reencontrá-lo, fica “[...] admirado de sua simplicidade e de ver quão certos tinha em sua imaginação os mesmos disparates que seu amo, pois sem dúvida alguma dava a entender que viria a ser imperador.”; ele próprio desconfia de sua sanidade quando pensa em seu serviço ao Quixote: “Esse meu amo, por mil sinais, tenho visto que é um louco de atar, e eu também não fico atrás, e sou mais mentecapto que ele, pois o sigo e sirvo [...]” (CERVANTES, 2011, p. 564-617, tradução nossa).

No entanto, ao refutar a sugestão do barbeiro de sua aldeia de que também estaria louco, impregnado da fantasia do Quixote, diz Sancho:

– Eu não estou emprenhado de ninguém [...] nem sou homem que me deixaria emprenhar, do rei que fosse, e, ainda que pobre, sou cristão velho e não devo nada a ninguém; e se ilhas desejo, outros desejam coisas piores, e cada um é filho de suas obras; e como sou homem posso vir a ser papa, e ainda mais governador de uma ilha, tantas podendo ganhar meu senhor que lhe falte a quem dá-las. Vossa mercê veja como fala, senhor barbeiro, que nem tudo é fazer barbas [...] (CERVANTES, 2011, p. 489, tradução nossa).

E vem, de fato, a se tornar governador. Pode-se objetar que sua ilha se cercava de terra por todos os lados e também pontuar que Sancho foi conduzido ao governo numa burla dos duques – resultante, porém, da escritura prévia do cavaleiro manchego e de seu escudeiro, ao longo da primeira parte da obra, de que os duques eram admirados leitores. Mas o fato que nos importa é que Sancho chegou a governador e governou de fato, por vezes em episódios passados fora dos limites armados previamente pelos nobres, burlando seus pretensos burladores, como diz o mordomo dos duques – responsável por essa parte da encenação (CERVANTES, 2011, p. 919).

Se seu amo anulava a pertinência da classificação e de todo o sistema engendrado por essa forma de escritura, sendo, ao mesmo tempo, *loco e cuerdo*, e fazendo-se, a despeito de um sem-número de impedimentos, um bravíssimo cavaleiro, Sancho analogamente mostrou toda a discrição e sutileza de que era capaz, revelando-se um ótimo governador, com decisões tão boas “[...] que até hoje se conservam naquele lugar, e que são chamadas ‘a constituição do grande governador Sancho Pança’” (CERVANTES, 2011, p. 946, tradução nossa).

Porém, pouco depois de assumir o desejado posto – pelo qual passara quatro quintos da obra ansiando –, eis que Sancho o considera a morte presente e abandona-o. Contribui para isso, por certo, a encenação de uma invasão à sua ilha, na noite anterior à desistência, mas Sancho já se mostrava insatisfeito com a vida de governador. Médicos diziam-lhe o que e quando comer, suas horas de sono eram rigidamente controladas e seus dias estavam todos previamente ocupados, em uma sucessão de atividades em que sempre havia algum conselheiro para indicar o que falar e como agir.

Sobrecodificação da existência que já se anunciara em uma cena anterior: Sancho acaba de ser nomeado governador da ínsula barataria, prepara-se para, tendo logrado chegar ao fim de suas aventuras, fixar-se em seu novo estado, ilhar-se em seu posto de comando, posar infinita e circunspectamente para o retrato ambulante do senhor governador Panza que, breve, será. Preocupado com as sandices que, imagina, seu escudeiro fará à frente de sua ilha, o Quixote prepara uma série de conselhos e recomendações para auxiliá-lo a bem governar. Tais conselhos não nascem de algum improviso do cavaleiro, muito menos de um delírio. Dom Quixote sintetiza, em seus apontamentos entremeados a ditados populares, citações bíblicas e alusões literárias, todos os ditames da prudência, da temperança e moderação, do bom senso e do senso comum, da discrição e do decoro, escritura funcionalista e modorrenta, que ele domina, mas a que não se pode ater e que sequer lhe interessa seguir.

No entanto, é preciso ensiná-la a Sancho, que decidiu abandonar a desordem da vida da andante cavalaria e precisa enquadrar-se na liturgia do cargo, na litania dos bons procederes, na obediência aos códigos de comportamento, na identificação de sua escritura, até então errante, com uma função específica.

Se estes preceitos e estas regras seguirem, Sancho, serão longos teus dias, tua fama será eterna, teus prêmios completos, tua felicidade indescritível, casarás teus filhos como quiseres, títulos terão eles e teus netos, viverás em paz e com o beneplácito do povo, e nos últimos passos da vida te alcançará o da morte, em velhice suave e madura, e cerrarão teus olhos as ternas e delicadas mãos dos netinhos de teus netos. (CERVANTES, 2011, p. 870, tradução nossa).

Morrer na paz dos que esperam um bom juízo. A escritura funcional reduz-se à preparação para seu juízo final. É uma preparação para a morte, para o significado incontornável e irreversível que então se atribui, para um bom lugar no quadro imóvel da eternidade. Todos os ajuizados conselhos do Quixote buscam dar a Sancho uma boa morte, como todo bom conselho busca a boa morte, na boa repetição dos bons modos de chegar-se a ela. A preparação para a morte implica cultuá-la, encenar em cada pequeno gesto seu efeito de verdade, precipitar sua fixação de valores, impedir qualquer equívoco movimento, qualquer perturbação do formulário que conduzirá a esse bom fim. A preparação para a morte é um exercício de diluição e espraiamento não da morte, mas de seu fantasma. Tudo está em seu fim, já morto, apenas ainda não se morreu até o fim.

Efetivamente, na morte em vida de Sancho, nada se passa, tudo está em um eterno presente: um governador decide pendências, profere sentenças, diz isto, faz aquilo. Nunca fez, nem fará, outra coisa. Por isso, ele não hesita em trocar esse tão sonhado posto, que tão infeliz e vazio se mostra, por uma volta à vida incerta em companhia do Quixote. Sancho troca o fechamento de seu palácio, de suas estritas regras de comportamento e da vigilância de seus assessores, por uma volta à errância; troca as definições que se impõem à sua escritura de governador pela liberdade e desgoverno da escuderil.

Adiante, é ao Quixote a quem se apresenta essa morte como negação da possibilidade de novos acontecimentos. O *caballero de la blanca luna* lhe impõe, como pena por sua derrota em combate, afastar-se por um ano de suas aventuras. Um ano sem que nada se passe, morte presente, morte em vida da escritura.

Abatido, encerrado em sua velha e aborrecida casa, acamado, afundando em sua predisposição à melancolia, o Quixote sente-se a ponto de morrer. Sabendo “[...] que o soldado parece melhor morto em batalha que livre em fuga [...]” (CERVANTES, 2011, p. 543, tradução nossa), que os cavaleiros devem morrer acometendo perigos no descampado e não no conforto de suas casas, sabendo que nunca se ouviu falar de cavaleiro que tivesse morrido em tão serenas condições, decide pendurar sua fantasia.

Como Sócrates, sabe-se à beira da morte, vê-se já morto. Sem negá-la, abandona a figura do cavaleiro, para não arrastar sua escritura a uma morte que lhe é estranha. Torna-se um fidalgo de aldeia, idoso e remediado, às vésperas do fim, distribuindo suas poucas galinhas em testamento e ostentando sua bondade, com o *el bueno* que apõe a seu novo nome, já ausente deste mundo e com o pensamento fixado no lugar em que poderá ocupar

no outro. Torna-se Alonso Quijano, figura mais adequada para morrer. E não seria correto dizer que volta a ser Alonso Quijano, menos pelas indefinições sobre seu nome no início da obra do que pela impossibilidade de, depois de toda a invenção quixotesca, voltar ao que quer que fosse de sua vida passada.

“[...] em novo e exemplar ato de libérrima vontade.” (AVALLE-ARCE, 1976, p. 31, tradução nossa), como em seu fazer-se cavaleiro, para ser até o fim o autor de sua história, encerra as aventuras de Dom Quixote e assume o novo personagem, que tem como única função preparar-se para a morte iminente. O Quixote deixa a outro sua morte, e Quijano a encara com a indiferença própria dos mortos, serena e resignadamente, já sem nenhuma pretensão de criar, sequer de afirmar, qualquer coisa. Limita-se, como *el bueno* que é, aos bons modos e proceder, sobretudo ao pensar. “[...] e um dos sinais pelos quais conjecturaram que morreria foi ter voltado com tanta facilidade de louco a lúcido.” (CERVANTES, 2011, p. 1101, tradução nossa).

E o bom pensar e o bom proceder de sua preparação para a morte não podem ir além de distribuir galinhas. É isso o que faz todo o grave moralismo, toda a condenação da vaidade de tudo, todo *memento mori*, convertendo o mundo em um breve galinheiro no qual o sábio se empoleira à espera da próxima e eterna vida.

Em verdade, Símas, e tu, Cebes, se eu não cresse encontrar na outra vida deuses bons e sábios e homens melhores que os daqui, seria inconcebível não lamentar morrer. Sabei, no entanto, que espero juntar-me a homens justos e deuses muito bons. Eis porque não me aflijo com a minha morte; morrerei tendo a esperança de que existe alguma coisa depois desta vida e de que, de acordo com a antiga tradição, os bons serão mais bem tratados que os maus. (PLATÃO, 2008, p. 123-124).

O galo que Sócrates manda oferecer ao deus Asclépio apenas encerra o cumprimento de seus deveres para garantir que seja um dos bons. Nenhuma perplexidade ou sentimento do absurdo, apenas a certeza de que será depositado em um bom lugar, afinal seu bom filosofar foi “[...] ter perseguido este único fim, sem descanso [...]” (PLATÃO, 2008, p. 124), transformando sua existência na preparação de uma morte, que, na hora de morrer, ele nega com outra vida. Já as prosaicas galinhas de Quijano a sua sobrinha perfazem uma última quixotada, rebaixando um possível acerto de contas por sua escritura louca.

Assim o ex-governador Panza dirige-se a seu jumento:

– Venha aqui, companheiro meu e amigo meu e sofredor de meus trabalhos e misérias: quando andava com você e não tinha outros pensamentos além dos que me davam os cuidados de remendar seus aparelhos e sustentar seu corpo, ditosas eram minhas horas, meus dias e meus anos; mas depois que o deixei e subi às torres da ambição e da soberba, entraram-me pela alma adentro mil misérias, mil trabalhos e quatro mil desassossegos. [...] – Abram caminho, senhores meus, e deixem-me voltar a minha antiga liberdade [...] (CERVANTES, 2011, p. 956-957, tradução nossa).

A morte presente e dilatada da vida de governador é um problema de contabilidade, uma repartição da vida em milhares de trabalhos e misérias e desassossegos. Também a morte iminente do fidalgo resolve-se nesta esfera: testamentos, dívidas, contas a pagar, estrias, enquanto a liberdade de cavaleiro ou escudeiro é a vida toda, é a própria possibilidade de vida, escritura que se faz pela liberdade de seguir, contra os códigos que buscam imobilizá-la.

Assim podemos, ainda, ver as galinhas de Quijano como uma diatribe contra a razão, cuja reconquista é identificada com a morte. A razão não basta para engendrar a vida, ou para afugentar a morte em vida do cotidiano meramente funcional, para ir além de uma fotografia qualquer, a que seu curso não pode se restringir; mas basta ao já morto, ao condenado, a quem se sente a ponto de morrer. *Morir cuerdo y vivir loco*, como no epitáfio que lhe escreveu Sansão Carrasco. Viver louco como Quixote, como resposta à morte próxima e inevitável, e morrer lúcido como Quijano, como resposta à morte próxima e inevitável. A vida é errância, emprenhada de invenção, enquanto a morte é a certeza estéril. Para a morte presente, deixa-se a razão, seu modo de compor. Quijano salva a escritura louca do Quixote e mata a sua, banal. A morte é mesmo a banalidade, e a fantasia é o que não se deixa prender por seu ritmo monótono e pastoso, e o que não se deve deixar, portanto, que se perca em seus domínios.

Dom Quixote não morreria nos muitos combates e demais situações de perigo em que suas aventuras o colocaram. Já não morria mais, pois que andava impresso em livros. Não havia por que matá-lo, no inevitável passamento do corpo com que se fizera. Morrer como Quixote seria, mais do que dar um fim estranho e melancólico a seu cavaleiro, ratificar o engano de que ele era um homem louco, cavalgado por sua fantasia e sem nenhuma possibilidade de alterar-lhe o curso.

Era preciso evitar que a morte funcionasse como explicação para a escritura do Quixote, projetando, sobre seu curso, a sombra de um significado banal que viesse a pregar-lhe no fim. Esse efeito é deixado para Alonso Quijano, cuja vida bem podia ser explicada – e

mesmo resumida – por sua morte em paz, na paz da boa consciência decorrente de seu bom proceder, na ausência de qualquer perturbação na cena final de uma história integralmente marcada por esse esvaziamento do que quer que fosse digno de nota, no apagamento funcional de sua vida exemplar. Era preciso evitar que essa morte qualquer, como qualquer morte é qualquer, viesse fechar a escritura singular do Quixote. Era preciso, pois, esvaziá-la de seu poder de fixar, com sua última palavra, o valor de tal aventura. Sócrates viveu como Sócrates, preparando-se para morrer, e, ao morrer como Sócrates, justificou sua escritura, cumprindo a função a que a tinha destinado. Quijano inventou-se Quixote, viveu como Quixote e abandonou o Quixote para matar um Quijano já sem vida, com o que impediu ao sisudo moralista a cantilena, exposta no livro por Sancho, de que no fim todos morrem, e que todas as peças do xadrez, seja qual for seu papel no jogo, são postas no mesmo saco (CERVANTES, 2011, p. 632).

Sancho deixara a errante construção de novos sentidos para sua escritura pela fixação de um lugar que ocupar. Uma colocação em um sistema resolvido de valores, de lugares sociais, de definições comportamentais em que se enquadrar. “As nossas sociedades têm uma grande predileção por códigos, por códigos estranhos e exóticos, mas esta predileção é uma predileção destrutiva e mortuária.” (DELEUZE; GUATTARI, 2004, p. 255). Fascínio do inseto que se deixa atrair e grudar à lâmpada, dos cães que se atiram nos faróis, o código, com todas as suas seleções e verificações, garante que não haverá imprevistos, que se pode, sobre seus pontos fixos e certos, erigir as grandes obras (mover o mundo, como queria Arquimedes),<sup>3</sup> ou, ao menos, esperá-las em segurança e estabilidade. Nada se passará, tudo acabará bem.

A predileção pelo código é a predileção por toda ordem que se possa antecipar aos processos, organizá-los, precipitar seu fechamento na imagem exemplar que constrói, predileção por toda lei que regule o máximo possível o que lhe sobrevém, apagando-o na repetição do que sua fórmula prevê. “Um código como o de Manu surge como todo bom código: ele resume a experiência, a prudência e a moral experimental de longos séculos; ele encerra, não cria mais nada.” (NIETZSCHE, 2011, p. 110). Na fixação do código, assenta-se o significado, necrose classicista de todo processo que se engessa em modelos, gerando esvaziamento, fetichização e paralisia.

---

3 “Arquimedes, a fim de tirar o globo terrestre de seu lugar e transportá-lo para outro, não pedia nada mais que não fosse um ponto fixo e certo. Portanto, terei o direito de alimentar grandes esperanças, se for bastante feliz para encontrar apenas uma coisa que seja segura e incontestável.” (DESCARTES, 1999, p. 257).

O significado só se faz valer em sistemas fixos, pré-fixados, de valores. Aí ele tem lugar em suas tabelas, nas quais jaz, intocável, no sono eterno dos dicionários e gramáticas (que, se podem fixar a imagem, mortuária, de uma língua (SAUSSURE, 2006, p. 23), sequer vislumbram as potências da escritura). A escritura que se faz com a intenção de ater-se aos significados, ou a partir da pressuposição de que não pode ir além deles, recusa, nesta automutilação linearizante e funcionalista, toda possibilidade de produção de sentidos. Condena-se a uma repetição vazia, a uma reencenação estéril, que é sua própria degradação, negação de seu processo vital, da vitalidade de seu processo, que se abre na invenção, na reflexão sobre o já feito e suas possibilidades de alteração, de superação do mesmo que sustenta o sistema de certezas dos códigos acabados. Todo bom proceder, portanto, como ordeiro cumprimento do já previsto, como estrita observância de códigos, será sempre, também, um exercício do fim, subsunção à função e preparação para a morte.

O exercício de bem governar (e de bem governar-se), a fim de se chegar a um bom fim, a uma boa morte (e tomo as acepções de *fim*, função e término, por indissociáveis), é a encenação cotidiana da morte, na morte da escritura, que não pode ir além, ou aquém, do previsto, do já dado. A morte presente do governador Panza, a morte ainda em vida, é a vida já estar dada, resolvida, apagada enquanto processo, experiência, travessia, e não haver senão que aguardar seu fim.

A morte presente da fala de Sancho e o eterno presente que lemos nela, para além da identificação óbvia entre eternidade e morte, implica também a possibilidade de se identificar a morte com o presente, pelo menos com este presente passível de eternizar-se, fixando-se. Tarefa que implica pensarmos contra as bases de nosso pensamento (a metafísica da presença que funda o logocentrismo ocidental, na concepção de Jacques Derrida),<sup>4</sup> que busca ver no presente, no aqui e no agora que o definiriam, a vida, em oposição aos fantasmagóricos presentes mortos, passados, ou ainda inexistentes, futuros.

Presente como simulação de um fora da escritura, que não é senão artifício escritural (como a indizível vida imóvel e eterna após a morte). Invenção de um aqui e um agora anteriores à representação, como se tais noções não fossem, necessária e anteriormente, representações, construídas por um alhures espaço-temporal que pretendem a detenção e a circunscrição do que é duração, transbordamento. O presente, como tudo o mais, só se pode fazer como ficção, como artifício narrativo, que simula a possibilidade de suspensão dos fluxos, mas que não se assume como linguagem.

---

<sup>4</sup> Para esta noção, que atravessa toda a obra de Derrida, Cf. Gramatologia (2004).

Aí nasce a pretensão de transparência da linguagem, a ideia de que se pode dizer objetivamente o mundo, as coisas, presentes. Linguagem funcionalizada que imagina dizer apenas o que se apresenta aos sentidos (como se os sentidos não fossem, também eles, atravessados de história, memórias, cultura, devires, linguagem), levando adiante algo que imagina não afetar e que pretende sumir após sua atuação como mero, e isento, veículo. Pensa-se as coisas ou os animais, entre os quais o homem sem palavras, no presente (quando eles apenas existem). Diz-se *o presente*, como quem mostrasse, inocentemente, o mundo (como coleção de coisas), e não como invenção de um mundo (seleção de representações), como se fosse possível dizer algo sem linguagem e como se o presente, que é uma invenção da linguagem, não fosse por ela impossibilitado.

O presente é, pois, o fim da linguagem: seu objetivo, quando funcionalizada, como máxima e total catalogação do existente (como na contabilidade de Sancho de suas misérias, trabalhos e desassossegos), e também sua morte, como detenção de seu curso. A total identificação de uma linguagem com as funções que pode assumir é um projeto suicida. O eterno presente de seu governo é o posto de vigia, à margem, do qual Sancho se liberta para voltar a fluir com o tempo da fantasia.

As borboletas espetadas no veludo, devidamente esterilizadas antes de sua fixação no caixote envidraçado, sem resquícios de larvas ou antecipação de cadáveres, estão, diria o governador Panza – se fosse dado a metáforas banais –, no eterno presente; não trazem nenhuma lembrança de campos floridos por que tenham passado, nem participam da “[...] fabricação de flores que se erguerão do pó dos ossos que a chuva lavarà, quando for tempo.” (GULLAR, 1999, p. 25). Nenhum tempo vaza pelo tecido de seus dias.

Pode-se dizer, porém, que esse é o eterno presente de insetos mortos e que não é preciso mais do que cinco ou dez minutos em um cemitério para sabê-lo, sendo, antes, o problema de Sancho, e o deste texto, a morte em vida. Mas a funcionalização, identificada com o tempo morto do governo, opera de modo análogo, forçando a escritura, processo vivo, a corresponder ao quadro do taxonomista (do pregador, do legislador, do gramático); circunscrevendo os eventos – pois algo, por certo, sempre passará – e buscando, antecipadamente, prevê-los e condicioná-los. Que eventos haja e a vida siga não importa, desde que sua imagem esteja adequada ao modelo já fixado e que as variantes que acaso apresentem sejam ou ignoradas ou tornadas objeto de novas classificações. À persistência e à memória das coisas, em seus variados tempos, ao inexorável do tempo e ao insondável do

devir, o eterno presente responde com o (pretensamente) incontornável da estrutura de seus arquivos.

Esse, porém, que talvez se afigure como distante da experiência contemporânea, não é o único modo de a escritura anular-se enredada na aparência de um eterno presente.

Naquela noite, enquanto trabalhava na porta do bar, entreteve-se pensando num tempo de duas velocidades, um era muito lento e as pessoas e objetos se moviam nesse tempo de forma quase imperceptível, o outro era muito rápido e tudo, até as coisas inertes, cintilavam de velocidade. O primeiro se chamava paraíso, o segundo inferno, e a única coisa que Archimboldi desejava era não viver em nenhum dos dois. (BOLAÑO, 2010, p. 761).

A imobilidade do paraíso e a extrema aceleração do inferno; o retrato do governador e suas inúmeras atribulações, ambos anulando a percepção do tempo; o utópico fim da história – obtenção do cargo sonhado, resolução de todos os conflitos – e a distopia de um mundo sem tempo para que a história se faça (ou se faça relevante); os conselhos para a boa morte – a anulação da vida sob a sombra do dia do juízo final e o valor que aí seria fixado – e a morte presente de um sem-fim de fatos vazios, incapazes de se enredar no tempo, de habitar um contexto maior e aí ter valores, fazer sentido; a morte, mesma, e a morte homeopática, difusa e banal, de viver o instante, de deixá-lo consumir-se acriticamente, sem vínculos.

O teatro do mundo, de papéis fechados no código social dos contemporâneos do Quixote, agora, com suas personagens rasas, construídas e monitoradas em tempo real por mecanismos pré-programados que não fazem senão ratificá-las e empobrecê-las, agrupando-as e homogeneizando seus grupos, a fim de que narciso nunca se choque e possa seguir a narcose do tempo extinto na pele da água ou de outra tela qualquer, prescinde do esquema prévio (ou, melhor, de um código exaustivo), trocando suas leis por padrões estatísticos e escondendo seus raros desviantes não com a interdição, mas com o excesso de ruídos. Seguem intocadas a fúria catalográfica da ficção do presente como dado acabado e, não mais por falta, mas por excesso de estímulos, a anestesia que o suporta.

Seja pelo definido do código já sabido, seja pelo imediato do acesso às respostas dadas *on-line*, no eterno presente, tudo o que há para saber está posto, não há que buscá-lo na experiência ou na incerteza. O passado ou é feito presente ou some do mapa, e *passado*, quando não mera adjetivação cronologizante, é apenas uma forma de catalogar certa informação, de marcar certas coisas extraviadas que teimam em seguir. O futuro se antecipa

e assim se presentifica sob a forma da previsão, seja porque os códigos o constroem ou porque os supercomputadores o projetam (e sempre será possível suprimir as estranhezas, por cooptação, condenação ao olvido ou extermínio).

Voltamos à morte presente, restritos, quando (raro) possível, a reagir à massa amorfa e monstruosa de texto, inarticulável sob qualquer forma minimamente estruturada de narração, incapazes de memória, de sonho, de abertura ao devir (a não ser sob a forma morta de projeto – presente morto lançado adiante). A necessária consciência – pelo ostensivo da representação – não aprimora a escritura, pois que não há tempo para pensá-la, para pesá-la, adensá-la. A transparência não é a de uma inocência pretendida, mas a de uma rarefação forçada pela aceleração dos estímulos e a consequente aceleração das respostas esperadas. A insignificância permanece.

Reduzimo-nos a um pixel, às vezes brilhante, no mapa permanentemente atualizado, imagem eternamente atual do presente como um conjunto de dados, em um aqui e agora absoluto, inebriados da infinitude de campo possível, porém de impossível experiência, pelo inapropriável da escala e pelo incompreensível do emaranhado (fonte da ansiedade que enfatiza a aceleração dos processos em que nos vemos envolvidos, descolando-nos, cada vez mais drasticamente, de qualquer reflexão e controle possíveis sobre eles).

Como se um lavrador ignorante, no culto *siglo de oro* espanhol, fosse feito, sem nunca ter lido sequer as orelhas de Amadís de Gaula, escudeiro de um cavaleiro andante, para, a seguir, sem nunca ter visitado cidades e sem ter a mais mínima informação sobre a vida cortesã, ser feito governador, vemo-nos presos a um mundo em cujos processos não sabemos nem podemos intervir, arrastados por figuras e tempos estranhos. Mas, ao contrário do sagaz Sancho – santo carnavalesco, santo popular da fartura, da afirmação da vida (REDONDO, 1998, p. 196), capaz de burlar-se de seus burladores, de perceber o embuste do encantamento para enjaular o Quixote, de notar que Basílio fala muito para um moribundo ou que o diabo da encenação dos duques jura por Deus (CERVANTES, 2011, p. 498-819) –, não parecemos muito propensos a desistir de nossa morte em vida, boiando, homens ocios, no presente.

O eterno presente, como negação do tempo, do movimento, da possibilidade, portanto, de narração (do que a sustenta: a experiência, o conhecimento, a memória de travessias), faz-se negação da escritura (do texto, da vida), de suas possibilidades de fazer sentidos para além dos significados dicionarizados ou distribuídos em suas indexações eletrônicas.

Condenação à repetição vazia, morte em vida. Este presente é um tempo inventado contra a invenção.

Sancho, ficando à frente de seu governo, a despeito de suas boas ordenanças e resoluções, seria um governador mais, que se perderia na sucessão dos retratos da galeria que servem apenas para produzir a imagem vaga de governador, repisando sua sempre mesma rotina, suas permanentes obrigações, seus sempre mesmos feitos.

Bartlebooth, na impossibilidade de apenas fazer nada, faz o imenso projeto do aprendizado da pintura, das viagens, das aquarelas, dos quebra-cabeças e de sua dissolução, apagando os portos do caminho. Seu longo percurso de apagamento de seu percurso, tempo que se consumiria incógnito na negação do tempo, narrativa sem narrado, é, no entanto, com a peça que Winckler lhe nega, e a consequente impossibilidade de conclusão de seu projeto, de sua completude, de seu fechamento, tornado narrável (PEREC, 2009). Algo não se encaixa bem, e, da fresta, o tempo escoá.

Porque já morreu – por sua idade avançada e, sobretudo, por seu cotidiano amortecido –, o fidalgo pode fazer-se Quixote, pode criar sua obra-vida, neste intervalo que se abre entre o já saber-se morto e o ainda não ter morrido, no espaço vital em que a morte já dada nada pode significar e no qual a escritura, então, afirma-se. “[...] não se pode escrever se não se permanece senhor de si perante a morte, se não se estabeleceram com ela relações de soberania.” (BLANCHOT, 2011, p. 93), se não se está não apenas livre do peso de sua verdade final, mas empenhado em sua contestação.

Criar não é comunicar, mas resistir. Há um liame profundo entre os signos, o acontecimento, a vida, o vitalismo. É a potência de uma vida não orgânica, a que pode existir numa linha de desenho, de escrita ou de música. São os organismos que morrem, não a vida. Não há obra que não indique uma saída para a vida, que não trace um caminho entre as pedras. (DELEUZE, 2010, p. 183).

O Quixote está sempre às voltas com o mundo que o cerca. Não se resigna a se ater ao papel de fidalgo de aldeia que lhe coube, não se conforma com a narrativa insignificante e previsível que se descortina para seus últimos anos de vida, quer se formar e signar de outras maneiras. Tomado por todos como um fidalgo, não é um fidalgo, pois não age como um, como os demais. Saiu ao mundo como cavaleiro, é, pois, cavaleiro. Mas o mundo cisma em frustrar suas aventuras e não ver um cavaleiro em sua triste figura. Sendo fidalgo e cavaleiro, não é nem fidalgo nem cavaleiro. Está entre. E é, nessa distância entre a vida que

escolhe abandonar e a vida que não pode ter, distância entre duas imagens mortas, que sua escritura se cria um problemático lugar (não onde jazer, mas de onde partir).

Nessa não solução da desarmonia, não dissolução de sua escritura nos modos e modelos previstos, está a abertura e a potência do texto; nela vemos sua permanência.<sup>5</sup> E é a essa tensão que Sancho volta, a essa escritura em que tem um papel fundamental de mediador entre o mundo banal de sua vida pregressa e o mundo louco de seu amo, aderindo a ambos e a nenhum, na construção de um sempre ainda outro mundo. Como mostra Octavio Paz, Sancho vacila (PAZ, 1996, p. 70-71). O ex-governador, lavrador e escudeiro, nem lavrador nem escudeiro, volta à incerteza, sobre a qual, diz Unamuno, repousa sua fé (UNAMUNO, 2011, p. 136-137), volta ao mundo instável, em que sua solidez de homem simples, o feito de suas frases e suas tantas vezes repetidas firmeza e retidão de cristão velho põem-se vacilantes, menos definidas, menos fechadas, menos certas do que aprendera a esperar. Ao deixar seu governo, Sancho volta à possibilidade de abertura do mundo, à liberdade, à estranheza e ao fascínio. Volta à escritura de invenção que aprendeu do Quixote, e que passou, a seu modo, a desenvolver.

No episódio imediatamente anterior a sua ida à ínsula Baratária, Sancho atingira o ponto mais alto de sua fantasia, narrando tudo o que vira das altas esferas celestes quando voava sobre Clavileño. Burlando-se mais uma vez de seus pretensos burladores, mostra ter atingido a maturidade de sua escritura. Já governador, em sua ronda noturna, depara-se com um casal de irmãos travestidos que fugiam do encerramento domiciliar em que viviam, e que os abatia, pois queriam ver o mundo. Sancho talvez tenha intuído que fugira de casa para ver o mundo com seu vizinho louco, pois ambos não se conformavam com a vida besta e enfadonha que levavam, e agora se via novamente preso, como os garotos por ele surpreendidos; abatido em pleno vôo. Sancho quer voltar à errância, pois “[...] não há coisa mais gostosa no mundo que ser um homem honrado escudeiro de um cavaleiro andante buscador de aventuras.”; sai a “[...] buscar a seu amo, cuja companhia lhe agradava mais que ser governador de todas as ilhas do mundo.” (CERVANTES, 2011, p. 528, 959).

Se o episódio de Clavileño é o ponto alto da capacidade de invenção de Sancho, o abandono do governo é o de sua capacidade de, como seu amo, inventar-se:

---

<sup>5</sup> Fosse um cavaleiro funcional, como os dos livros que lia, e, talvez, como os objetos utilitários na primeira cena de *Alice no país das maravilhas* (CARROLL, 1998), o Quixote sumisse após cumprir seu papel, ao matar uns quantos gigantes ou salvar outras tantas princesas, submergindo no imenso *corpus* da literatura de cavalarias, de cujos inúmeros protagonistas mal temos notícia.

E chegou, enfim, o fim do governo de Sancho, e com este fim Pança mergulhou nas profundezas de seu heroísmo. Deixando o governo da ilha, pelo qual tanto havia suspirado, acabou de conhecer-se Sancho, e poderia ter dito a seus burladores o que Dom Quixote disse a Pedro Alonso, quando este o resgatou em sua primeira saída, e que é aquilo de “eu sei quem sou” (UNAMUNO, 2005, p. 235, tradução nossa).

Mas, se Sancho soube quem era, não foi por haver se encontrado, por haver encontrado algo como sua verdade ou essência, mas por ter construído a insuficiência de ser o que quer que fosse de estaque, qualquer condição presente (e tendendo a morta), lavrador, escudeiro ou governador. Mais que saber quem era, soube que podia mudar-se. Em sua escritura louca, amo e escudeiro saíram de si, de seus sis habituais, si-mesmos, ensimesmados, e já não poderiam assentar sobre qualquer trono que a eles se apresentasse, não poderiam deixar-se estagnar sob qualquer imagem, sob qualquer nome que lhes quisessem dar. Não é a um suposto si mesmo que volta Sancho (este é o itinerário do moribundo Quijano), se ele volta a algo, é ao desgovernado e errante movimento da vida.

## Referências

- AVALLE-ARCE, Juan Bautista. **Don Quijote como forma de vida**. 1. ed. Valencia: Castalia, 1976.
- BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- BOLAÑO, Roberto. **2666**. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2010.
- CARROLL, Lewis. **Alice's adventures in wonderland and through the looking-glass**. Londres: Penguin, 1998.
- CERVANTES, Miguel de. **Don quijote de la mancha**. Madri: Punto de lectura, 2011.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-édipo**. 4. ed. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.
- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- DESCARTES, René. **Descartes**. 1. ed. São Paulo: Nova cultural, 1999.
- GULLAR, Ferreira. **Toda poesia**. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- NIETZSCHE, Friedrich. **O anticristo**. 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 2011.

PAZ, Octavio. **Signos em rotação**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

PEDROSA, Gabriel. A morte em vida do Governador Panza: considerações sobre o eterno presente. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL ICHT, 1., 2016, São Paulo. **Atas** [...]. São Paulo, 2016. p. 162-178.

PEDROSA, Gabriel. **Desfuncional**. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PEDROSA, Gabriel. **Quixote, andante poesia**. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PEREC, Georges. **A vida modo de usar**. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

PLATÃO. **Diálogos socráticos**, 1. ed. São Paulo: Edipro, 2008. 3 v.

REDONDO, Augustin. **Otra manera de leer el Quijote**. 1. ed. Madri: Castalia, 1998.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

UNAMUNO, Miguel de. **Vida de Don Quijote y Sancho**. 1. ed. Madri: Alianza, 2005.

UNAMUNO, Miguel de. **Del sentimiento tragico de la vida**. 1. ed. Madri: Alianza, 2011.

## Quijano's imminent death, governor Panza's present death

### Abstract

From the definition that Sancho Panza gives of his government as "present death", when abandoning it after so much desiring and seeking it, this paper constructs the image of the present time as an arrest of any flow and, as the limit of this movement, as the death of writing. The post of governor, bound to a number of codes of conduct, has converted the object of his adventures into its closure, in which the paper sees the identity between function and terminus. Besides this, the episode of Alonso Quijano's testament is analyzed, especially the withdrawal of the Quixote that it implies, leaving to the lucid and well-behaved gentleman the role of dying, unsuitable for the delirious knight he had created. The hens of his testament allow us to see an echo of Socrates' preparation for his poisoning scene, which creates a contrast between with the finalism of our culture and the free behavior of Don Quixote. This, however, is not a specific theme of Cervantes' book nor of his time. Thus, this paper seeks to construct another image of this present as dead time, from aspects specific to

contemporary reality, but with the same detention of writing as the previous one. The ways with which the knight of la Mancha and his squire face the subject of death (present or imminent) are thought of as modes of inventive writing, which can't be reduced to the division between functional and dysfunctional as a criterion of production or reading.

## Keywords

Don Quixote. Present tense. Death. Function. Deconstruction.

Recebido em 28/06/2018

Aceito em 13/11/2018

Copyright (c) 2019 Gabriel Pedrosa. Creative Commons License. Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. Os Direitos Autorais dos artigos publicados neste periódico pertencem aos autores, e os direitos da primeira publicação são garantidos à revista. Por serem publicados em uma revista de acesso livre, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em atividades educacionais e não-comerciais.

